

MAL-ESTAR ENTRE ALUNOS E PROFESSORES: O QUE FAZER COM OS AFETOS EM CONFLITO?

Samuel de Sousa Nantes¹; Paolla Jessica da Cunha²; Sara de Souza Nantes³.

¹Universidade Federal de Campina Grande, naantessamuel@gmail.com

²Universidade Federal de Campina Grande, paollajcunha@gmail.com

³Uninassau, saranantes@hotmail.com

Resumo: As polêmicas violências entre alunos e professores são constantes nos veículos de informação, o que denuncia o mal-estar presente entre esses dois grupos e torna o Brasil o país que mais exerce algum tipo de violência contra estes profissionais. Neste cenário, emergem as emoções com papéis sociais decisivos para as relações a serem desenroladas no âmbito escolar. Esta pesquisa, então, objetiva compreender os fenômenos envoltos à agressão verbal e à subclassificação da agressão não-verbal, à violência física, ambas investidas contra a figura do professor, além de verificar possíveis formas de intervenção diante dos afetos geradoras de mal-estar. Como método, o presente estudo utilizou a pesquisa bibliográfica, do tipo integrativa, a qual apresenta relatos de professores que sofreram essa violências e dados cada vez mais impressionantes. No Brasil, semanalmente, cerca de 12,5% dos professores sofrem de algum tipo de violência semanalmente e, em alguns relatos, sentem medo de entrar na sala de aula. Assim como os alunos sofrem influência de aspectos individuais e sociais, os quais agem diretamente sobre suas emoções e influenciam a forma como lidam com as interações sociais. Portanto, verifica-se, nesse contexto, a importância do espaço de fala e escuta a ser disponibilizado pelas instituições, além do psicólogo para poder, junto aos professores, fornecer possibilidades de intervenção e saídas para o enfrentamento desta questão.

Palavras-chave: Violências, alunos, professores, emoções.

INTRODUÇÃO

A violência contra professores vem protagonizando vários debates e alertas nas escolas brasileiras, pois, segundo pesquisa global (TENENTE & FAJARDO, 2017), o Brasil é o país mais violento quando se trata de violência a esses profissionais. Prevalece um roteiro controverso de debate e conceituação, apresentando-se como tema difuso e expansivo, o qual se insere nas mais diversas áreas da sociedade. Assim, concordando com Stelko-Pereira e Williams (2010), não existe apenas um tipo de violência, mas vários tipos, como a violência simbólica, caracterizada por Bourdieu, que "aparece como eficaz para explicar a adesão dos dominados: dominação imposta pela aceitação das regras, das sanções, a incapacidade de conhecer as regras de direito ou morais, as práticas lingüísticas e outras" e a violência como fonte de transformação social, na qual atos contra o sistema, a partir da insatisfação popular, podem possibilitar outras formas de governo.

Sob o prisma da Organização Mundial de Saúde - OMS (2002 apud STELKO-PEREIRA & WILLIAMS, 2010), violência trata-se do uso intencional de força física ou poder, seja em forma de ameaça ou praticada contra si mesmo, outra pessoa, grupo ou comunidade. Disso resultaria ferimentos, morte, consequências psicológicas negativas, mau

desenvolvimento ou algum tipo de privação. Seguindo esse parâmetro, a OMS discorre sobre uma possível classificação: violência física, psicológica, sexual e a negligência.

A primeira categoria refere-se aos atos que possuem como objetivo final ferir a integridade física da pessoa (tais como tapas, empurrões, chutes, socos, beliscões, entre outras possibilidades). Como violência psicológica, pode-se destacar as ações que indicam a possibilidade de danos emocionais (ameaças de uso de violência física contra a pessoa ou entes queridos, agressão verbal e ridicularização contra a personalidade, crença e atitude). Já a violência sexual consiste em acariciar, manipular genitália, mama ou ânus sem o consentimento do outro, além de atos pornográficos e da prática sexual com ou sem penetração, ainda que não haja o uso de força física. Por fim, a negligência refere-se à omissão diante das necessidades eminentes de outro indivíduo ou ao fato de não evitar situações de perigo àquela pessoa (2002 apud STELKO-PEREIRA & WILLIAMS, 2010).

Para além de quaisquer classificações, discutir acerca da violência é, sobretudo, adentrar no universo dos atores culturais, observar os antecedentes históricos, determinar as implicações geográficas e compreender a importância de fatores como a idade, o sexo e o status social. Apesar da óbvia didática da OMS, a divisão não engloba a definição e a elementaridade das consequências ocasionadas, tendo em vista que os resultados emocionais, físicos e psicossomáticos são subjetivos e particulares a cada um desses atores. O dano físico pode resultar em um dano psicológico, assim como o contrário. No entanto, o esforço pela categorização da violência nos levará às mais diversas propostas conceituais e às consequências discutidas anteriormente.

Quanto à pesquisa da realidade escolar, outras problemáticas na conceituação aparecem, pois um aspecto da violência escolar pode ser a localização geográfica, podendo ocorrer dentro do espaço físico escolar, no percurso entre casa-escola, passeios e festas escolares e entre outros lugares que circundam o espaço escolar. A violência pode ocorrer em diferentes atores, avaliando as situações ocorrentes e interligadas entre professor, diretor, funcionário, aluno, família e demais envolvidos na prática cotidiana. Os fatores e motivos das violências podem ser diversas, relativas às questões familiares, bullying, violência da própria escola com os alunos e os profissionais e entre outras questões que circundam a escola e pessoas que frequentam o ambiente.

Neste sentido, Stelko-Pereira e Williams (2010), em um artigo intitulado *Reflexões sobre o conceito de violência escolar e a busca por uma definição abrangente*, afirmam que sobre os determinantes da violência escolar, há os referentes às características do indivíduo (constituição genética, sexo, idade, etnia, história de vida, dinâmica familiar), os referentes às

características da instituição escolar (localização, instalações físicas, recursos humanos disponíveis, método de ensino empregado, ideologias predominantes, histórico da instituição etc.) e os que envolvem aspectos da sociedade na qual a instituição escolar se insere (democrática ou não, com maior ou menor desigualdade socioeconômica, com ou sem igualdade de gênero e de etnia, entre outros).

A sistematização do que constitui violência escolar, considerando os múltiplos cenários, torna-se um preceito fundamental para construir instrumentos de avaliação precisos. Além disso, pode-se colaborar com o diálogo entre pesquisadores, e entre os pesquisadores e a sociedade, sobretudo na comparação de pesquisas realizadas em diferentes locais e em diferentes épocas. A classificação evita distorções conceituais, possibilitando avanços no estudo do tema.

Visto que as emoções constituem-se enquanto aspectos fundamentais nas interações, pois possuem função social e são decisivas no desenrolar de cada relação, torna-se necessário compreender como agir a partir do momento no qual elas passam a contribuir para um cenário de mal-estar entre alunos e professores. Apesar de entende-se que essas interações não são estritamente determinadas pelas emoções, se reforçadas cotidianamente, estas são capazes de desenvolver relações sociais baseadas simpatia ou antipatia imediata (SANTOS, 2007).

Faz-se necessário um espaço de escuta para produzir conhecimentos e intervenções dentro do ambiente escolar. Uma volta no tempo para compreender esse processo demonstra as complexidades desse campo. A partir de 1990, a Psicologia Escolar passou a desenvolver intensamente estudos que não privilegiavam apenas a aprendizagem e o comportamento, colocando a educação para além dos muros da escola, dialogando com espaços comunitários, associações, entre outros. Para Guzzo et al. (2010), o psicólogo escolar passa a poder:

[...] contribuir, junto com educadores, para a promoção da aprendizagem e do desenvolvimento das crianças, a partir de uma perspectiva mais integral do sujeito do que vem enfatizando a escola. Ou seja, além do desenvolvimento cognitivo, deve-se promover o desenvolvimento emocional, social e motor por meio de intervenção com as crianças, suas famílias e comunidade.

Diante disso, a presente pesquisa visa ater-se, somente, à compreensão de dois tipos de violências no âmbito educacional: agressões verbais, que compreendem xingamentos, desrespeito, ofensas, modos grosseiros de se expressar; e agressões não-verbais, nas quais estariam as investidas físicas, assim como a destruição de material, roubo etc. (ABRAMOVAY, 2005). Assim como compreender os fenômenos envoltos à agressão verbal e à subclassificação

da agressão não-verbal – à violência física –, ambas investidas contra a figura do professor, além de buscar possíveis intervenções para lidar com as emoções em conflitos.

METODOLOGIA

Este estudo é de abordagem qualitativa, tratando-se de um procedimento exploratório e descritivo. Constitui-se em uma pesquisa bibliográfica, do tipo integrativa, sendo importante destacar que ela não consiste em uma simples repetição, mas sim encontrar possíveis atuações acerca do tema, constatando-se nova abordagem sobre o assunto.

A coleta de dados deu-se através de livros impressos e artigos, estes foram obtidos a partir das bases de dados SciELO e BVS, nas quais foram pesquisados os descritores “violência”, “professores”, “emoções” e “escola”, sendo escolhidos aqueles que abarcavam exclusivamente esses aspectos. Para fomentar a discussão, foram pesquisadas reportagens online a respeito da violência contra professores, a fim de verificar possíveis formas de intervenção.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Dados e relatos sobre a violência

Nota-se o avanço dessa violência nas escolas, em pesquisa realizada pela Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico, 12,5% dos professores brasileiros sofrem agressões verbais ou intimidação dos alunos semanalmente, ocupando o primeiro lugar entre 34 países pesquisados (FERNANDES, 2014). No primeiro semestre de 2017 no Estado de São Paulo foram notificadas 178 queixas de agressão contra professores, isso implica em uma média de duas queixas por dia. Segundo os mesmos dados, 37% dessas ocorrências chegaram às “vias de fato”, como um empurrão ou atos sem uma maior consequência física danosa, e 67% crime de lesão corporal. Esses dados seriam maiores se as denúncias fossem mais frequentes, pois muitos professores não denunciam essas violências sofridas. No ano de 2015, segundo o questionário da prova Brasil, 23 mil professores relataram ter sido ameaçado por algum aluno no Brasil (PINHO & MARIANI, 2017).

Giordani, Seffner e Dell'Aglio (2017) investigaram a percepção de estudantes e de professores acerca da violência no espaço escolar. Participaram 16 professores e 60 alunos de uma escola pública de Porto Alegre, no Rio Grande do Sul. A violência escolar foi descrita como multifacetada, costumando ocorrer naquele cenário, sobretudo nas formas verbal e física.

Os relatos de violência perpetrada por alunos contra professores foram abordados essencialmente no grupo focal formado por docentes, que citaram repetidamente situações de conflitos com alunos na sala de aula. Os relatos de violência verbal foram mais frequentes e indicam ocorrência de conflitos próprios ao ambiente. Em outro estudo que analisou a violência contra os docentes, 76,5% dos professores participantes relataram sofrer insulto verbal por alunos, sendo que 20,6% responderam que essa agressão é diária (LEVANDOSKI, OGG, & MOTRIZ, 2011).

Os mesmos relataram a dificuldade de trabalhar após esses conflitos, dificultando a rotina de trabalho, pois ir para a sala depois de ter enfrentado um aluno não era fácil. Os professores dessa pesquisa sentiam-se desvalorizados, porque além de sofrer violências pelos alunos, a escola não dava o apoio na resolução do conflito nem amparo aos profissionais. Como consequência, houve o aumento de sofrimento e de doenças desses profissionais e muitos abandonaram a carreira docente.

Vários relatos de professores demonstram esse receio, como o de Luciana Rocha Frias, 41 anos, que foi xingada pela mãe de uma aluna após um mal entendido sobre o fardamento, os seus colegas tiveram que afastá-la para a mãe não agredí-la. O professor Jefferson, 49 anos, foi golpeado por uma cadeira após reclamar com um aluno por ter batido forte o caderno na mesa. Maria, 39 anos, foi parar na UTI após um aluno não gostar da nota recebida (PINHO & MARIANI, 2017).

Um caso, em especial, mesmo com esses dados alarmantes já indicando fortemente a problemática, reabriu o debate sobre a violência contra os professores, sendo destacado em todo o Brasil e alvo de uma enorme repercussão. O caso aconteceu em Santa Catarina, quando um adolescente de 15 anos agrediu a professora Marcia Friggi. Segundo o relato da professora o caso ocorreu na primeira aula dela com o aluno, quando pediu ao rapaz para tirar o caderno de cima das pernas e colocar sobre a mesa. O aluno recusou tirar o livro e a xingou. Logo após, a docente pediu para o aluno se retirar da sala e ir até à direção. No caminho, o rapaz jogou o livro em sua direção, contudo, o livro não a atingiu. A agressão aconteceu na sala da direção quando a professora levou três socos, caindo sobre a parede. Depois, a docente postou uma foto nas redes sociais mostrando o olho roxo e inchado, dizendo: “infelizmente, isso (agressão) não ocorre só comigo. Vários professores passam por esse problema diariamente. Não estou bem nem fisicamente, nem emocionalmente” (FOLHA DE SÃO PAULO, 2017).

Mal-estar diante de afetos em conflito

A partir de relatos como esses, surgem indagações sobre esse fenômeno que afeta cada vez mais as escolas brasileiras. Dessa forma, destacam-se duas a serem respondidas até o término deste trabalho: Como as justificativas teóricas podem ajudar a escola na compreensão desses atos de violência? O que fazer diante desse cenário e quais as possíveis ações dentro desta realidade brasileira?

Tais questões surgem a partir das leituras de algumas reportagens citadas anteriormente, pois na maioria delas, alguns estudiosos foram chamados para explicar esses fenômenos, e as seguintes respostas apareceram: “Crianças que vivem em ambientes violentos tendem a se relacionar de maneira pior com seus colegas e professores” disse Priscilla Tavares, da FGV; o “motivo fútil” é destacado por Bernard Charlot, pois na maioria das vezes uma coisa pequena proporciona uma reação; Renato Alves, professor da USP, diz que essas ocorrências acontecem, muitas vezes, por causa de pequenos atos de incivilidade, pois, se a escola não deixa claro o que não pode fazer, aparecerão dados de violência (PINHO & MARIANI, 2017).

Essas concepções, quase sempre, são pautadas por um reducionismo da questão da violência, dando margem para apontar culpados e não soluções. Porém, é possível usar essas micro-teorias para construir possibilidades de intervenções. Desta forma, como citado no início deste trabalho, por Stelko-Pereira e Williams (2010), eles compreendem a violência por vários enfoques, contudo, é necessário trabalhar a partir das explicações focais, a fim de uma possível intervenção imediata.

A compreensão da violência tem vários agentes e circunstâncias, e a escola, mesmo sendo um fator central nessa problemática, retira sua responsabilidade destinando-as a outros demarcadores sociais ou individualizantes. Portanto, assim como no texto *Na vida, 10, na escola, 0: os contextos culturais da aprendizagem da matemática*, de Carraher, Carraher e Schliemann (2006), o fracasso escolar aparece como o fracasso da escola, onde se localiza na inaptidão de avaliar a real capacidade da criança, dos seus processos de aquisição de conhecimento e sua incapacidade de estabelecer uma ponte do ensino formal e o conhecimento prático já disposto pelo aluno. Podemos supor que a escola fracassa no tocante à violência na medida em que reduz o problema à uma questão pessoal do aluno, de sua família e do seu meio.

Desta forma, percebe-se que a escola, ao colocar a culpa no aluno e em outros meios tenta se isentar do seu próprio lugar, pois, como assinala Poppovic (1975; 1981 apud CARRAHER; CARRAHER; SCHLIEMANN, 2006), ela deve identificar seu lugar na sociedade de grupos diversificados, não continuando fora do debate da realidade social. É isso que relata Gay e Cole (1967;1977 apud CARRAHER; CARRAHER; SCHLIEMANN, 2006) ao constatar, no ensino da matemática, a necessidade de compreender a matemática da realidade

das crianças para construir pontes e ligações com o ensino da escola. É necessário compreender a realidade dos alunos para que sejam propostas soluções e diminuir, senão resolver, o problema da violência escolar.

Essa relação aproxima-se muito das pesquisas de Vygotsky (SANTOS, 2007), as quais buscavam entender e compreender o desenvolvimento do indivíduo nas relações sociais, evitando o reducionismo e o mecanicismo, de modo a afirmar que a sociedade é determinante ao comportamento humano. Por tratar-se de relações dialéticas, Vygotsky também considerava que, através das relações sociais, o indivíduo também seria capaz de criar e transformar suas formas de desenvolvimento. Surgiu, então, a Psicologia Evolutiva, situada no contexto da gênese cultural, obtendo como um dos interesses principais o desenvolvimento e a aprendizagem, compreendendo estas como um processo dialético (CUBERO & LUQUE, 2004). Assim, ao inverter o modelo individualizante que visa culpabilizar somente o indivíduo, o modelo dialético remete a outros demarcadores sociais produtores e reforçadores da violência.

Dessa forma, a preocupação deixa de ser institucional e passa a tentar compreender a realidade social, projetando futuras intervenções. Para isso, fazer pesquisas sobre vida escolar, aprendizagem, bem-estar e outros temas interligados com a educação, passa a ser primordial, além de incentivar a pesquisa com os próprios alunos.

Com os problemas contextualizados e tentando compreender cada vez mais a realidade social dos alunos, o psicólogo escolar poderia ajudar de diversas formas no tocante à diminuição da violência nas escolas (MARTINEZ et al., 2009). Essa forma “emergente” de atuação do psicólogo vem se desdobrando cada vez mais, usando como base o processo criativo e ativo do profissional, pois, na prática, os fenômenos acontecem de formas variadas. Assim, o profissional, nessa concepção, visa olhar a escola como espaço social, reconhecendo a dimensão desse aspecto.

Dentro do cenário de ação da violência, deve-se compreender possibilidades, tanto para prevenir os atos quanto para saber agir depois deles. Martinez et al. (2009), então, coloca de forma geral que o psicólogo pode orientar os pais a contribuírem no desenvolvimento almejado do aluno antes ou depois da violência; realizar uma orientação profissional própria voltada para a sua criatividade, valorizando diferentes alternativas e capacidades de reflexão; falar da importância do outro, entre outras questões e, por fim, ajudar na elaboração de intervenções através das problemáticas oriundas de dentro e de fora da escola, orientando os professores sobre a questão da violência e incitando o engajamento para a superação das dificuldades.

A fim de intervir e produzir conhecimentos a respeito dos conflitos entre emoções, escola e violência, MAYER (1999^a apud COLL, 2004) chama atenção para a importância do

trabalho conjunto entre psicólogo e professor acerca da educação, através do qual o primeiro deve pesquisar sobre aprendizagem e comportamento, disponibilizando os resultados para o segundo aplicá-los na prática. Outra possível forma de produzir conhecimentos e intervir neste cenário, é apartar o psicólogo da prática escolar, deixando os professores responsáveis pelo desenvolvimento capaz de responder as necessidades dos seus alunos. Além de uma outra forma, que é a mais indicada e visa, através da perspectiva da escola e dos educadores, dialogar com a psicologia para construir o conhecimento.

É preciso procurar dados, relatos e estudos sobre problemáticas existentes, assim como possíveis soluções. Com o objetivo de exemplificar isso, temos a rede estadual de São Paulo, que em 2010, realizou encontros com professores para fornecer dicas sobre o modo de agir em casos de violência verbal e física, ameaças e atitudes para prevenir algumas ações violentas. As atuações desses profissionais tinham melhorado o índice de violência no estado, já que agia diretamente no circuito afetivo entre professores e alunos (PINHO & MARIANI, 2017).

A Universidade Latino-americana de Ciências Sociais (FLACSO) coordenou a pesquisa “Diagnóstico participativo das violências nas escolas: falam os jovens” que visava apontar os dados de violência a partir da narrativa dos próprios jovens. Desta forma, esse espaço de fala propiciou que algumas questões fossem levantadas através da implicação dos próprios alunos enquanto seres de subjetividade capazes de ressignificarem seus posicionamentos, possibilitando as mudanças de algumas regras escolares que desagradavam os alunos e incitavam comportamentos violentos (DE OLHO NOS PLANOS).

Outro exemplo, agora de forma mais ampla sobre intervenções políticas, foi o projeto “Respeitar é preciso” realizado na gestão do prefeito Fernando Haddad, o qual realizou uma extensa pesquisa para levantar questões reais de discriminação e diferentes tipos de violência nas escolas do estado, contribuindo para a definição de temas que deveriam ser abordados em ações diretas nas escolas e encontros com educadores com o intuito de afetar os sujeitos sobre a problemática existente (RESPEITAR É PRECISO, 2018).

Quando se trata de violência, é preciso escutar os indivíduos e propor intervenções que não são prontas, pois, como dito anteriormente, as violências ocorrem por motivos diversos e não possuem soluções dadas. É fundamental verificar e analisar as diversas relações que acontecem no contexto escolar, assim como os agentes que delas participam a fim de reconhecer as necessidades e as potencialidades de fortalecimento dessas relações (FREIRE; AIRES, 2012). Portanto, é preciso compreender os processos interativos que ocorrem na escola, e o profissional apto a realizar essa ação é o psicólogo educacional inserido na instituição que considere o meio onde se encontra e os agentes envolvidos nele.

Devem ser promovidas reflexões, conscientização de papéis a partir das funções de alunos e professores, buscando fazer os sujeitos envolvidos pensarem o que eles representam para si e para o outro naquele espaço. Isso com o propósito de desenvolver competências e habilidades necessárias à superação de barreiras presentes nas relações interpessoais, as quais estão presente não apenas no contexto escolar, mas também no cotidiano de cada indivíduo implicado (FREIRE; AIRES, 2012).

Por fim, é imprescindível haver espaços de escuta psicológica no contexto educacional, por meio dos quais torna-se possível realizar um trabalho de ressignificação das relações sociais de cada sujeito, capazes de gerar conscientização e transformação das práticas que viabilizam as violências em práticas consideradas saudáveis para os agentes envolvidos. Por meio delas, é possível inventar novas relações, como também reconstruir o espaço simbólico que estas ocupam na instituição (MARINHO-ARAUJO; ALMEIDA, 2008).

Um exemplo de espaço de escuta bastante eficiente é o grupo psicanalítico de discussão utilizado como um dispositivo de aprendizagem e compartilhamento, segundo Emílio (2010). Através dele, o saber e a prática de cada integrante circulam de forma horizontal, sempre com pessoas de diferentes papéis sociais, como professor e aluno, por exemplo. Por ser realizado a partir de uma situação disparadora, o grupo possibilita aos sujeitos a exposição de suas emoções através da fala e, conseqüentemente, eles precisam ouvir o outro, permitindo aprendizagens por meio das distintas experiências colocadas.

CONCLUSÃO

Verifica-se no Brasil um índice enorme de violência contra professores e relatos assustadores. Nesse cenário, o psicólogo deve reconhecer o sofrimento e escutar os agentes que participam da questão e, de forma criativa, fornecer possibilidades de intervenções para poder amenizar a violência, além de diminuir as angústias dos professores que sentem-se ameaçados ao adentrar em uma sala de aula.

Para isso, é fundamental trabalhar aspectos individuais e sociais, tanto na compreensão do fenômeno violências, quanto nas possíveis intervenções. Além disso, o conhecimento científico é primordial. Como não há respostas prontas para as questões, e a causa das violências pode originar-se a partir de diversos aspectos, o profissional deve munir-se de diferentes ferramentas para pensar, de forma criativa, em diferentes ações. O inverso também é verdadeiro, em caso de intervenções que possibilitam o enfrentamento da violência, a publicação de estudos ajudará outros profissionais na atuação.

Portanto, a emersão de um psicólogo educacional político faz-se essencial, por ser

comprometido com as questões sociais, descrevendo a realidade com maior precisão, principalmente nas pesquisas. Isso aumenta a capacidade de intervir em tal realidade e as chances de garantir um processo capaz de promover mudanças.

De forma geral, a atuação deve ser de acordo com a realidade proposta e a demanda oferecida. O conhecimento deve ser atualizado constantemente visando a realização de determinadas práticas e a produção do conhecimento, a qual deve ser realizada para fornecer um melhor entendimento sobre a violência.

Para finalizar, é imprescindível disponibilizar espaços de fala e escuta aos sujeitos encontrados nesse cenário, pois permitem descarregar emoções que poderiam gerar interações conflituosas entre alunos e professores. Além de possibilitar, através da fala do próprio sujeito, sua implicação no que diz respeito às suas próprias demandas, permitindo a ele reaver-se com suas angústias, sem partir ao ato.

REFERÊNCIAS:

ABRAMOVAY, M. (Org.). Escola e violência. In: **Cotidiano das escolas: entre violências**. Brasília: UNESCO no Brasil, 2005.

CARRAHER, T.; CARRAHER, D.; SCHLIEMANN, A. Na vida dez, na escola zero. 14ª ed. São Paulo: Cortez Editora, 2006.

COLL, C. Concepções e tendências atuais em psicologia da educação. In: COLL, C.; MARCHESI, Á.; PALÁCIOS, J. (Orgs.). **Desenvolvimento Psicológico e Educação: Psicologia da Educação Escolar**, 2ª ed., v. 2, Porto Alegre: Artmed, 2004, p. 19-42.

CUBERO, R.; LUQUE, A. Desenvolvimento, educação e educação escolar: a teoria sociocultural do desenvolvimento e da aprendizagem. **Desenvolvimento Psicológico e Educação**. Psicologia da Educação, p. 94-104, 2004.

DE OLHO NOS PLANOS. Trabalho participativo pode ser alternativa para combate à violência em escolas. Disponível em: <<http://www.deolhonosplanos.org.br/trabalho-participativo-pode-ser-alternativa-para-combate-a-violencia-em-escolas/>>. Acesso em: 05 de março de 2018.

EMÍLIO, Solange Aparecida. O grupo psicanalítico de discussão como dispositivo de aprendizagem e compartilhamento. **Vínculo**, São Paulo, v. 7, n. 2, p. 35-43, 2010. Disponível em <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1806-24902010000200008&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em 17 de setembro de 2018.

FERNANDES, D. Pesquisa põe Brasil em topo de ranking de violência contra professores. 2014. Disponível em: <http://www.bbc.com/portuguese/noticias/2014/08/140822_salasocial_eleicoes_ocde_valorizacao_professores_brasil_daniela_rw>. Acesso em: 05 de março de 2018.

FOLHA DE SÃO PAULO. Jovem que agrediu professora em SC se entrega após decreto de internação. 2017. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2017/08/1914029-jovem-que-agrediu-professora-em-sc-se-entrega-apos-decreto-de-internacao.shtml>>. Acesso em 02 de março de 2018.

FREIRE, Alane Novais; AIRES, Januária Silva. A contribuição da psicologia escolar na prevenção e no enfrentamento do Bullying. **Psicol. Esc. Educ.**, Maringá, v. 16, n. 1, p. 55-60, jun. 2012. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-85572012000100006&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em 16 de setembro de 2018.

GIORDANI, J. P.; SEFFNER, F.; DELL'AGLIO, D. D. Violência escolar: percepções de alunos e professores de uma escola pública. **Psicol. Esc. Educ.**, Maringá, v. 21, n. 1, p. 103-111, abr. 2017. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-85572017000100103&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em 04 de março de 2018.

GUZZO, R. S. L. et al. Psicologia e educação no Brasil: uma visão da história e possibilidades nessa relação. **Psic. Teor. E Pesq.**, v. 26, n. spe, 2010.

LEVANDOSKI, G.; OGG, F.; CARDOSO, F. L. Violência contra professores de Educação Física no ensino público do Estado do Paraná. **Motriz Revista de Educação Física** (Impressa), 2011, v. 17, n. 3, p. 374-383.

MARINHO-ARAÚJO, C. M.; Almeida, S. F. C. *Psicologia Escolar: construção e consolidação da identidade profissional*. 2 ed. Campinas, SP: Alínea, 2008.

MARTINEZ, A. M. Psicologia escolar e educacional: compromissos com a educação brasileira. **Psicologia escolar e educacional**, v. 3, n. 1, 2009.

PINHO, A.; MARIANI, D. SP tem quase 2 professores agredidos ao dia; ataque vai de soco a cadeirada. 2017. Disponível em: < <http://www1.folha.uol.com.br/educacao/2017/09/1919146-sp-tem-quase-2-professores-agredidos-ao-dia-ataque-vai-de-soco-a-cadeira.html>>. Acesso em: 04 de março de 2018.

RESPEITAR É PRECISO. Sobre o Respeitar é Preciso. 2018. Disponível em: < <http://respeitarepreciso.org.br/sobre-o-respeitar-e-preciso/>>. Acesso em: 04 de março de 2018.

SANTOS, B. S. Vygotsky e a teoria histórico-cultural. In: LA ROSA, Jorge (Org.). **Psicologia e educação: o significado do aprender**. 9ª ed. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2007.

SANTOS, Flávia Maria Teixeira dos. AS EMOÇÕES NAS INTERAÇÕES E A APRENDIZAGEM SIGNIFICATIVA. **Ens. Pesqui. Educ. Ciênc. (Belo Horizonte)**, Belo Horizonte, v. 9, n. 2, p. 173-187, dez. 2007. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1983-21172007000200173&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em 17 de setembro de 2018.

STELKO-PEREIRA, A. C.; WILLIAMS, L. C. A. Reflexões sobre o conceito de violência escolar e a busca por uma definição abrangente. *Temas em Psicologia*. Vol.18, n.1, pp. 45-55. ISSN 1413-389X. Ribeirão Preto: 2010.

TENENTE, L.; FAJARDO, V. Brasil é #1 no ranking da violência contra professores: entenda os dados e o que se sabe sobre o tema. 2017. Disponível em: < <https://g1.globo.com/educacao/noticia/brasil-e-1-no-ranking-da-violencia-contra-professores-entenda-os-dados-e-o-que-se-sabe-sobre-o-tema.ghtml>>. Acesso em: 05 de março de 2018.